

Classes sociais e Luta de classes:

No processo de produção os homens estabelecem entre si determinadas relações sociais através das quais extraem da natureza o que necessitam. Desde aí, Marx reflete sobre o significado - para o indivíduo e a sociedade - da apropriação por não-produtores (pessoas, empresas ou o Estado) de uma parcela do que é produzido socialmente, e desenvolve sua concepção de classe, exploração, opressão e alienação.

Enquanto as sociedades estiveram limitadas por uma baixa capacidade produtiva, a sobrevivência de seus membros só era garantida por meio de uma luta constante para obter da natureza o indispensável à sobrevivência. A organização social nos primórdios da humanidade era simples e existia apenas uma divisão natural do trabalho segundo a idade, a força física e o gênero. Ou seja, “*numa época em que duas mãos não podem produzir mais do que o que uma boca consome, não existem bases econômicas*” que possibilitem que uns vivam do trabalho de outros, seja na forma de trabalho escravo ou de qualquer outro modo de exploração.

É o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação dos meios de produção por parte de alguns membros da comunidade os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores. Vê-se, portanto, que a existência das classes sociais vincula-se a circunstâncias históricas específicas, quais sejam, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a apropriação privada das condições de produção.

A configuração ou estrutura básica de classes, de maneira simplificada, é dicotômica (dicotômico = que se divide em dois; bifurcado): de um lado, os proprietários ou possuidores dos meios de produção, de outro, os que não possuem os meios de produção. Historicamente, essa dicotomia apresenta-se de diferentes maneiras conforme as relações sociais e econômicas de cada tipo de sociedade (escravos e patrícios, servos e senhores feudais, aprendizes e mestres, trabalhadores livres e capitalistas). Entretanto, essa análise dicotômica é boa para evidenciar as duas principais classes que definem a dinâmica de uma sociedade, mas nem sempre há só duas classes. Quase nunca há uma completa extinção dos modos de produção anteriores, cujos traços às vezes só gradualmente vão desaparecendo. Podem sobreviver classes pertencentes a outras sociedades já extintas (como por exemplo, escravos tanto no regime feudal quanto no capitalismo em sua fase colonial e ainda hoje; os camponeses que são originários do sistema feudal e que, entretanto, sobrevivem na atual sociedade capitalista). O que é importante notar é que as duas classes principais de cada sociedade é que são capazes de definirem as dinâmicas das mudanças sociais (ou seja, luta pela revolução da sociedade existente, no caso dos oprimido-explorados; ou a luta pela conservação da sociedade, no caso dos dominantes/exploradores).

Marx demonstra como que a condição de classe dominante não é apenas econômica e materialmente dominante (ou seja, possuem os meios de produção), mas também que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante:

“Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época.” (MARX; ENGELS. A ideologia alemã, p. 56).

Luta de classes

Como vimos é o excedente da produção que permite a divisão social do trabalho e, portanto, o surgimento das classes. Marx no Manifesto comunista afirma que as classes sociais sempre se enfrentaram e “*mantiveram uma luta constante, velada umas vezes e noutras franca e aberta; luta que terminou sempre com a transformação revolucionária de toda a sociedade ou pelo colapso das classes em luta*”. Portanto, a história das sociedades cuja estrutura produtiva baseia-se na apropriação privada dos meios de produção pode ser descrita como a história das lutas de classes. Essa expressão, antes de significar uma situação de confronto explícito - que de fato pode ocorrer em certas circunstâncias históricas - expressa a existência de

contradições numa estrutura classista, o antagonismo de interesses que caracteriza necessariamente uma relação entre classes, devido ao caráter dialético da realidade. Dado que as classes dominantes sustentam-se na exploração do trabalho daqueles que não são proprietários nem possuidores dos meios de produção - assim como em diversas formas de opressão social, política, intelectual, religiosa etc. - a relação entre elas não pode ser outra senão conflitiva, ainda que apenas potencialmente. Para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela é dito o “*motor da história*”. A classe explorada constitui-se assim no mais potente agente da mudança. Marx resume nessa passagem as principais características das classes sociais:

“Pelo que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e alguns economistas burgueses, a sua anatomia. O que acrescentei de novo foi demonstrar: 1) que a existência das classes está unida apenas a determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não é mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.” (MARX. Carta a Weidemeyer, p. 481).

Para fins analíticos, Marx diferencia conceitualmente as classes em *classe em si*, conjunto dos membros de uma sociedade que são identificados por compartilhar determinadas condições objetivas (ou seja, mesmas condições econômicas, ocupam o mesmo lugar no modo de produção), da *classe para si*, membros de uma sociedade que se organizam politicamente para a defesa consciente de seus interesses, cuja identidade é construída também do ponto de vista subjetivo (ou seja, constroem um projeto político de superação da sociedade propondo a criação de uma nova sociedade). Essa distinção tornou-se clássica pela referência que Marx faz, num texto muito conhecido (“*O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*”), aos camponeses pequenos proprietários da França. Estes são apresentados como uma massa de famílias pobres que, dado seu modo de produzir, eram auto-suficientes e viviam isolados. Um quantas famílias constituem uma aldeia, um quantas aldeias, um departamento, e...

“assim se forma a grande massa da nação francesa, pela simples soma de unidades do mesmo nome, do mesmo modo como as batatas de um saco formam um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que as distinguem por sua maneira de viver, seus interesses e sua cultura de outras classes e se opõem a elas de modo hostil, aquelas formam uma classe. Dado que existe entre os pequenos proprietários camponeses uma articulação puramente local, e a identidade de interesses não engendra entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não formam uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...) não podem representar-se, mas têm que ser representados. Seu representante tem que aparecer ao mesmo tempo como seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder ilimitado de governo que o proteja das demais classes e que lhes envie desde o alto a chuva e o sol.” (MARX. El dieciocho brumario de Luis Bonaparte, p. 341).